



REFORMA EUROPEIA DE AUDITORIA



ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

Honestidade, Independência, Imparcialidade

KRESTON

A auditoria é um negócio feito por pessoas

João Lopes da Silva, partner da Kreston Portugal, fala-nos da importância de atrair os jovens recém-licenciados e mestrados para a profissão de auditor e aponta caminhos para tornar a atividade mais apelativa. Quanto ao papel do auditor no combate à fraude, salienta que, para cumprir os objetivos neste sentido, é necessário um esforço conjunto de todas as partes relevantes

As alterações decorrentes da Reforma Europeia de Auditoria (RE) levaram de alguma forma os jovens a afastarem-se da profissão?

Sim de facto é verdade. A auditoria é um negócio feito por pessoas, a necessidade de atrair jovens bem preparados é essencial para manter os altos padrões de qualidade exigidos pela profissão. Atualmente os recém-licenciados/mestrados, veem a auditoria como um investimento de baixo retorno, especialmente quando a auditoria é comparada com outras profissões não regulamentadas, como, por exemplo, a consultoria nas áreas financeira, gestão, tecnológica, entre outras. Com certeza que é necessário encontrar um equilíbrio entre a exigência dos requisitos para ingressar na profissão e garantir que os melhores profissionais não sejam desencorajados a se tornarem auditores. Para isso temos de conhecer muito bem os problemas e as preocupações do sector e responder às necessidades da profissão.



João Lopes da Silva, partner da Kreston Portugal, acredita que tornar os escritórios mais flexíveis em matéria de relacionamento, comunicação e conciliação familiar pode atrair os jovens para a profissão

Quais são esses problemas ou preocupações?

Uma das preocupações que afetam o sector, a mais tradicional, diria, é o processo de exame a Revisor Oficial de Contas. Este inclui testes escritos e orais de grande dificuldade que ocorrem, normalmente, quando o auditor já está a trabalhar e com considerável pressão de tempo. Além disso, os exames têm taxas de insucesso relativamente altas, o que é um contratempo para alguns candidatos em potencial, porque eles percebem essa avaliação como um fator oneroso com baixo retorno e assim relutam em iniciá-lo. Outro fator decisivo prende-se com a evolução da regulação, que vai favorecendo o desenvolvimento de uma mentalidade de compliance, que pode atuar como um fator desencorajador para jovens profissionais, pois podem ver o trabalho do auditor como um mero exercício de "cumprimento", com um desafio intelectual limitado. Considero ser este o aspeto em que as

empresas de auditoria, a Ordem e o Regulador devem trabalhar conjuntamente para encontrar o equilíbrio certo entre a demonstração de conformidade e a aplicação de julgamento profissional para se atingir o objetivo final, a qualidade da auditoria.

E como se poderá encontrar esse equilíbrio, que tipo de iniciativas podem ser fomentadas?

Penso que todos estamos cientes da necessidade de promover mudanças que tenham por objetivo tornar a profissão atraente. Para isso, podem ser levadas a cabo determinadas iniciativas, que passam por tornar os escritórios mais flexíveis em matéria de relacionamento e comunicação e que permitam o desenvolvimento de novas formas de satisfazer a conciliação familiar. De referir, ainda, que os jovens profissionais consideram que as novas tecnologias desempenham um papel

muito importante no desempenho das suas funções, logo haverá que as introduzir e desenvolver de forma que o seu trabalho tenha enfoque em questões substantivas e na aplicação de julgamento profissional, eliminando, assim, muitas das atuais tarefas mecânicas e de conformidade. A verdade é que a tecnologia é vista como um meio de melhorar a qualidade da auditoria e não apenas a sua eficiência.

O papel do auditor no combate à corrupção e à fraude, não seria um fator de motivação para atrair jovens à profissão?

Pode contribuir, mas penso que não é determinante. O papel do auditor e a sua responsabilidade na luta contra a corrupção e fraude estão definidos nas Normas de Auditoria e nos regulamentos decorrentes da Diretiva da EU, sobre Branqueamento de Capitais. Acontece que os procedimentos

de auditoria utilizados para obtenção de evidência podem não ser eficazes para detetar tais irregularidades devido ao uso de esquemas de ocultação sofisticados da fraude, por exemplo, a falsificação de documentos. Também o uso de julgamento em estimativas contabilísticas deixa sempre espaço para possíveis imprecisões. Portanto, o papel central dos auditores é auditar e validar as demonstrações financeiras para garantir que se apresentem de forma verdadeira e apropriada. O auditor pode ajudar a descobrir crimes financeiros executando determinadas ações decorrentes das referidas normas, mas nunca poderemos ser detetives que investigam a fraude. O combate ao crime financeiro dependerá sempre de um esforço conjunto de todas as partes relevantes, os empresários e gestores, os auditores, os reguladores, os legisladores e o sector financeiro.